

27 chamados a dizer o que querem do novo Tratado

Paula Domingos . IEEI

A dois meses do fim da presidência alemã da UE, os esforços para recuperar o debate em torno do novo Tratado Europeu multiplicam-se. Depois do presidente da Comissão, Durão Barroso, ter marcado um encontro que, em meados de Maio, irá reunir em Sintra alguns líderes europeus para reflectir em torno do novo documento, agora é a chanceler alemã, Angela Merkel, que decidiu enviar aos homólogos da UE um questionário. Os resultados obtidos com esta iniciativa deverão servir de base aos contactos bilaterais que irá desenvolver até à realização do Conselho Europeu de 21 e 22 de Junho.

O objectivo da Presidência da UE é alcançar o tão necessário consenso tendo em vista a aprovação de um novo documento. Uma das orientações que sai do documento agora enviado aos 27 é que, depois da realização do referido Conselho Europeu, deverá ser convocada uma Cimeira Intergovernamental “tão depressa quanto possível”. Esta deverá ter um mandato muito preciso e limitado para que se consiga ter um novo documento ratificado e em vigor em 2009. Tal como afirma a responsável germânica, “deverão ser feitos todos os esforços para limitar as alterações ao que é absolutamente necessário para que se alcance um acordo global”.

Este questionário é composto por doze perguntas a que os Estados membros devem responder entre 23 de Abril e 4 de Maio. Com esta iniciativa, Merkel quer fazer a ponte entre o que defendem os vários parceiros em relação ao futuro do Tratado Europeu, para que se possa chegar ao tão desejado consenso. O que se pretende é, partindo do que tem vindo a ser sugerido por vários países, como o Reino Unido, a Holanda, a República Checa e a Polónia, formular várias questões para que cada um dos intervenientes possa dizer o que pensa acerca dos assuntos que estão em cima da mesa. Assim, uma vez sabendo o que os Estados membros pensam, será mais fácil encontrar um consenso que agrade a todos os interessados e supere o impasse institucional.

Em primeiro lugar, pergunta-se aos Estados membros o que pensam da ideia de limitar o actual processo à revisão dos tratados actualmente em vigor. Esta questão está ligada a uma “tese” que tem vindo a ser defendida nas últimas semanas pelo Primeiro Ministro britânico, Tony Blair que, em várias ocasiões, defendeu o regresso a uma revisão semelhante às anteriores, ou seja, em que a base são os documentos actualmente em vigor.

Em segundo lugar, – e indo ao encontro das pretensões da República Checa e da Holanda – coloca-se a possibilidade de abandonar a utilização no texto do Tratado de palavras como “Constituição” ou “Ministro dos Negócios Estrangeiros da UE”, bem como os símbolos da UE. Além disso, aos inquiridos é lhes perguntado o que pensam da exclusão da Carta dos Direitos Fundamentais do texto do Tratado, sendo apenas alvo de uma referência e passando a fazer parte dos anexos (mantendo contudo o seu estatuto vinculativo).

Os responsáveis europeus são ainda chamados a dizer o que pensam acerca de outros pontos que têm levantado alguma polémica, como o abandono do artigo que explicitava a primazia do direito europeu sobre os ordenamentos jurídicos de cada um dos países; a inclusão dos critérios de Copenhaga no corpo do Tratado; os desafios que a UE tem pela frente; a dimensão social da União e a questão do opt-out. De realçar que, no que respeita ao opt-out, este dá a cada Estado a hipótese de não adoptar determinada política europeia e vai ao encontro dos que defendem que o aprofundamento e integração europeias devem ser levados a cabo a diferentes ritmos.

